

Tempo escolar nas reformas educacionais de 1920-1935 e a proposta de educação em tempo integral das escolas-parque

Resumo

Este artigo apresenta um recorte das reformas educacionais no Brasil, no período de 1920 a 1935, nas quais analisamos as experiências educacionais propostas e a relação que estabeleceram com a redução o tempo escolar em função da expansão da instrução pública às classes populares. Nesta abordagem histórica, procuramos compreender o impacto provocado pelas modificações da jornada escolar na organização do currículo, bem como a superação da simplificação da educação brasileira através da escola de dia todo, materializada por Anísio Teixeira com a construção das Escolas-Parque a partir de 1950. Para tanto, organizamos o texto em três partes: primeiro trataremos das reformas Sampaio Dória, Carneiro Leão e Fernando Azevedo, explicitando o tratamento do tempo e do currículo nelas estabelecido; no segundo momento, abordaremos a reforma Anísio Teixeira e a iniciativa de propor uma formação integral com o aumento do tempo escolar; posteriormente, falaremos sobre as Escolas-Parque de Salvador e Brasília, que ofereciam período escolar integral com vistas a uma formação integral das crianças em seus aspectos intelectuais, físicos e morais, e por fim, tentaremos estabelecer algumas relações desta escola de tempo integral com a proposta de educação integral implantada no Brasil atualmente.

Palavras-chave: Reformas Educacionais, Anísio Teixeira, Educação em Tempo Integral

Kathiane Ficanha
SEED Paraná
kathiane12@gmail.com

A discussão sobre a educação integral, no Brasil, ganhou novo fôlego após a aprovação da Portaria 17/2007 e do Decreto 7083/2010, que se constituem em estratégias do Governo Federal para a indução e normatização da jornada escolar ampliada, numa perspectiva de construção de uma proposta de educação integral e em tempo integral no país.

No entanto, a discussão sobre a implementação da ampliação do tempo escolar, não é recente na história da educação brasileira, pelo contrário, de acordo com Monlevade (2012), até 1920 quase todas as escolas funcionavam em período integral na forma de internatos e semi-internatos, nos quais os alunos oriundos da elite estudavam o dia todo. Mas, a partir da expansão agrário-industrial e o desenvolvimento das primeiras grandes cidades, houve a necessidade de expansão da escola para toda a população e percebeu-se que as escolas não suportavam atender a todos com o aumento da demanda, então foi-se criando alternativas para a redução da carga horária da escola para atender a toda a população.

Na perspectiva de compreender a proposta de resgate da “escola de dia todo” na sua primeira proposta de implantação de educação em tempo integral, realizada por Anísio Teixeira em 1950, realizamos um estudo sobre a questão do tempo nas reformas educacionais que precederam as Escolas-Parque, especificamente entre 1920 e 1935, com o objetivo de estabelecer relações entre a determinação do tempo escolar e a concepção de educação que estas reformas representaram para, posteriormente, discutirmos a escola de tempo integral materializada nos Centros educacionais idealizados por Anísio Teixeira.

Para tanto, organizamos o artigo em três partes: no primeiro momento, versaremos sobre três primeiras reformas do ensino realizadas no Brasil entre 1920 e 1931: a Reforma Sampaio Doria, implantada em São Paulo, a Reforma Carneiro Leão, realizada no Rio de Janeiro e a Reforma Fernando Azevedo, também implantada no Rio de Janeiro, buscando nas literaturas (NAGEL, 1974; CARVALHO, 2000; PAULILO, 2009; ARAÚJO, 2003; VIDAL, 2007 e REZENDE, 2003) elementos que nos possibilitem compreender os objetivos das propostas para a educação das massas de trabalhadores no período de transição

agro-industrial, bem como a perspectiva de universalização da escola mediante a redução da carga horária diária.

Posteriormente, partindo do pressuposto de que as reformas educacionais mencionadas buscavam a formação de um novo modelo de homem para uma nova sociedade, abordaremos a Reforma Anísio Teixeira, implantada no Rio de Janeiro a partir de 1931, cuja base teórico-metodologia da organização curricular pressupõe, na contramão das reformas anteriores, o alongamento da jornada escolar, que mesmo não contemplando o dia todo, ilumina a proposta das Escolas-Parque implantadas tempos depois, em Salvador e Brasília.

Na terceira parte, discorreremos sobre a construção das Escolas-Parque inaugurados em 1950, em Salvador e em 1961 em Brasília, através dos quais buscava-se uma formação integral em uma escola na qual os alunos deveriam permanecer durante todo o dia, com a intenção de compreender a forma como esses Centros Educacionais se caracterizaram em sua proposta de ensino, na organização do tempo e do currículo escolar para a formação integral das crianças que permaneciam o dia todo na escola.

Por fim, retornaremos ao momento atual, buscando estabelecer, em que medida as experiências dos Centros de Educação idealizados por Teixeira contribuíram para a retomada da discussão sobre o dia todo de estudos como alternativa para uma formação integral das crianças.

Reformas do Ensino Brasileiro de 1920 a 1931

A implantação da pedagogia nova no Brasil foi bem além de uma proposta de superação do método tradicional de ensino, vinculado aos jesuítas, foi, sobretudo, a superação de um modelo elitista de escola. Constituiu-se, antes de um método de ensino, em uma luta social e política pela ampliação da escolarização em nome de uma nova forma de organização social: a democracia.

Quando falamos das reformas educacionais da Primeira República, podemos estabelecer três elementos fundamentais: 1) oferecer instrução pública e gratuita à classe trabalhadora, para que pudesse dominar as novas formas de trabalho que se constituíram

a partir da passagem do modelo de produção colonial para o agrário industrial; 2) prioridade de acrescentar à instrução a inserção de valores morais para a melhoria da cultura da população, que deixa de viver no campo e vem para as cidades, em busca de melhores condições de vida, levantando necessidade de uma educação com base na moralização e, em consequência disso; e 3) o caráter elitista emanado das reformas educacionais, considerando a escola como um lócus propício para justificar politicamente a separação da sociedade em classes e, contribuindo para manter cada qual em seu respectivo lugar na hierarquia social.

Iniciaremos nossa exposição com a Reforma Sampaio Dória, que apresentou os primeiros argumentos para a redução do tempo escolar, uma vez que, influenciado por determinações políticas, sociais e econômicas, parte em defesa da importância da instrução vinculada à meta de erradicação do analfabetismo, deixando de lado o modelo de formação anteriormente determinado, partindo para

O intento de expandir a escola “nacionalizando” as populações operárias rebeldes à ordem republicana instaurada exibirá os limites do modelo escolar paulista. No seu lugar aparece a linguagem das cifras e a urgência das metas (...). Na nova lógica, o analfabetismo é alçado ao estatuto de marca da inaptidão do país para o progresso. Erradicá-lo é a nova prioridade na hierarquia das providências de reformas educacionais (CARVALHO, 2000, p. 227).

Com o foco na alfabetização, a necessidade de redução de custos e apresentação de resultados rápidos, uma das primeiras providências na Reforma Sampaio Dória foi a redução da escolaridade primária obrigatória de quatro para dois anos estendida a toda a população do estado, acelerando o processo de aprendizagem com uma escola que deveria ser:

1º- instrumento da aquisição científica, como aprender a ler e escrever; 2º- educação inicial dos sentidos, no desenho, no canto e nos jogos; 3º- educação inicial da inteligência no estudo da linguagem, da análise, do cálculo e nos exercícios de logicidade; 4º- educação moral e cívica, no escotismo, adaptado à nossa terra e no conhecimento de tradições e grandezas do Brasil; 4º- educação física inicial, pela ginástica, pelo escotismo e pelos jogos. (ANTUNHA, apud CARVALHO, 2000, p. 228).

A aparência institucional de avanço das reformas e a defesa pela educação popular são, na verdade, formas de manter na sociedade uma democracia vertical, na qual os detentores do poder político e financeiro determinam as regras apenas em seu favor, especialmente se observarmos que o ensino primário de apenas dois anos propiciava primeiramente uma educação inicial de ler e escrever, e em segundo plano visa outros aspectos da formação das crianças.

A proposta de ensino do pedagogo Sampaio Dória, atrelada a necessidade de reduzir o tempo de escolarização opunha-se ao modelo de Caetano de Campos (primeira reforma paulista iniciada em 1892), pelo qual substitui um método de ensino longo e enciclopédico e propõe que dois anos de formação básica são suficientes para que o aluno desenvolva suas faculdades perceptivas e sua capacidade de conhecer.

Segundo Carvalho (2000), a fórmula de ensino de Sampaio Dória não fracassou pelo curto tempo que permaneceu como Diretor de Instrução Pública, cinco anos, ou pelas inovações introduzidas e seus resultados práticos concretos, mas pelo intento de expandir o modelo escolar para as populações operárias em uma sociedade que elitizava a educação. Isso significa dizer que a educação ainda não estava aberta para todas as classes sociais, o que resulta na grande contribuição dessa Reforma Educacional: a agitação de ideias que provocou e o impacto que causou na educação popular paulista.

Pouco tempo depois, o foco da educação na alfabetização passou a ser considerado um caminho impróprio a ser percorrido nas reformas seguintes, não apenas a educação paulista tomou novos rumos ao considerar os aspectos sociais como determinantes, mas outras como a Reforma Francisco Campos, em Minas Gerais, que remodelou a escola incorporando aos seus processos, os processos e métodos da vida, fazendo do trabalho um fim educativo; ou ainda, a Reforma de Lourenço Filho, no Ceará, que convencia o professorado de que a escola não devia limitar-se a ensinar ler, escrever e contar, mas abrir espaço para a educação moral e o desenvolvimento de aptidões físicas com um currículo diferenciado, capaz de “educar o corpo e harmonizar o espírito por meio de exercícios físicos: o desenho, os trabalhos manuais, os jogos, o escotismo e a ginástica sueca” (CARVALHO, 2000, P. 235).

Percebemos aqui, que o principal problema da educação brasileira era a preocupação em integrar a escola alfabetizante e a escola de educação integral. Trata-se de um momento de transformação no imaginário educacional e as concepções das reformas de ensino baseiam-se nas ideias novas e em defesa de uma educação que fosse além da simples alfabetização para o bem da República, especialmente depois criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), no Rio de Janeiro, em 1924, formada por um grupo de intelectuais cuja missão era de regenerar o Brasil pela educação, tal como afirma Carneiro Leão em Conferência proferida na ABE:

(...) hoje não pode haver construção duradoura de um Estado moderno sem a difusão do ensino popular. Não é bastante a mera alfabetização, torna-se necessária uma verdadeira educação. (...) A escola que ensina só a ler, escrever e contar não dá a ninguém a capacidade de prover a subsistência. A escola que propugno (...) é aquela que, ao lado das letras e do cálculo, possa despertar e fortalecer a capacidade de ação, o amor ao trabalho, a inteireza moral, a formação do caráter. (LEÃO, apud CARVALHO, 2000, p. 239).

A Reforma Carneiro Leão, registra-se como a primeira reforma ocorrida no Rio de Janeiro, à época Distrito Federal, entre 1922-1926, inspiradas no ideário da Escola Nova atendiam ao clamor de modernização e democratização da sociedade de tal modo que “acitava para a mobilidade social via escola, defendendo o lema *educação para todos* como instrumento viabilizador da ascensão social, tornando possível, pela escola, uma sociedade aberta” (ARAÚJO, 2009, p. 121-122 – grifos do autor).

Segundo Araújo (2009), a reforma possui inúmeros aspectos positivos:

A preocupação com a expansão da escolaridade; a revitalização da carreira de professor; o estabelecimento da licença-maternidade, da jubilação, da licença-prêmio para os professores e técnicos de educação; a melhoria da qualidade do ensino; a criação da Diretoria Técnica de Educação; o aumento da duração da escola primária; a elevação da idade para ingresso na Escola Normal; o desdobramento do curso Normal em dois: geral e profissional; a criação dos cursos de férias e de aperfeiçoamento, nos quais os professores do Interior e da Capital, respectivamente, teriam a chance de rever e atualizar os seus conhecimentos profissionais; a criação da Escola Normal Superior, da Escola de Aplicação, da Biblioteca do Professor, do Museu Pedagógico; o incremento do ensino de música, e, até mesmo, a adoção de medidas de amparo aos alunos mais pobres, com o estabelecimento da assistência escolar, compreendendo o fundo

escolar, as caixas escolares e as ligas de bondade, assistências médica e dentária, diárias para os alunos das escolas técnico-profissionais” (ARAÚJO, 2009, p. 128 – grifos meus).

Através do lema “educação para todos”, a reforma Carneiro Leão, além da preocupação com a expansão da escola, com mais qualidade e tempo escolar, voltava-se para a necessidade de criar medidas de proteção às crianças pobres que começavam a ser inseridas na escola e precisavam, tanto de instrução, como assistência médico-odontológica e outras, para frequentar e produzir bons resultados na escola.

Doutra forma, houve grande empenho para a racionalização da educação, traduzida pela forma adotada para organizar o sistema educacional, hierarquicamente, com a implantação de uma proposta de ensino que visava a educação para o trabalho, pensada e planejada pela elite que começa a se delinear com mais clareza.

Na Reforma Fernando Azevedo, sucessivamente, de 1927 a 1931, defende-se uma escola cujo princípio universal seja a transformação da vida social em todos os seus aspectos, concebendo que a “escola, como instituição social que é, varia em função das formas sociais, isto é, segundo o grau de desenvolvimento, as necessidades e as exigências de cada sociedade” (Azevedo, 1958a: 17. Apud REZENDE, 2003, p. 74), demonstrando a necessidade de a escola se ajustar para atender a uma demanda social emergente com o processo democrático e com o desenvolvimento urbano-industrial que se abria no país.

Dessa forma, a reformulação do sistema escolar carioca realizada por Fernando Azevedo baseou-se nos princípios pedagógicos de escola-comunidade, escola única e escola do trabalho, conforme o educador resume na introdução do projeto de reforma do ensino primário, considerando que, “à escola passiva tradicional, à escola do automatismo livresco, sucedeu, na nova concepção, a escola do trabalho (arbeitschule), a escola ativa e de experiência pessoal em que todo o estudo deve ser aquisição e trabalho, feito em comum” (AZEVEDO, 1927, p. 17. Apud VIDAL, 2007, p. 15). Tal escola visava formar, concomitantemente, o trabalhador e o ser social.

No entanto, para atingir um número maior de crianças com menores custos, Azevedo também reduziu a quantidade de tempo da escola primária carioca, promovendo a

Redução do curso primário de sete para cinco anos de duração, sendo o quinto ano dedicado ao ensino pré-vocacional; e homogeneização da jornada escolar em 4h e 30 min. diárias. Para tanto, tornaram-se necessárias a diminuição do dia de aula nas escolas de turno único de 5 para 4h e 30 min., com antecipação do horário de saída em 30 minutos e redução de 30 para 20 minutos no tempo do recreio (VIDAL, 2007, p. 16).

Podemos observar nas reformas educacionais desse período a busca pelo alargamento das escolas, mas em condições deficientes, com poucos recursos financeiros, de tal forma que a solução mais fácil encontrada foi a redução de anos de escolarização e da carga horária das aulas, dividindo em dois turnos de estudos na mesma escola que antes atendia em apenas um turno. Ou seja, as reformas já sinalizavam para a luta maior que se faria posteriormente com o “Manifesto da Educação” pela universalização, obrigatoriedade e gratuidade do ensino para todas as classes sociais, contudo, os avanços na direção apontada, precarizaram o processo de ensino, no que se refere ao tempo escolar, penalizando a todos os alunos, especialmente aqueles que mais se beneficiaram com a expansão da escola: as crianças da classe trabalhadora.

Apesar disso, o desejo de ascensão social da classe trabalhadora que motivou a necessidade de instrução, também provocou muitas revisões da função específica da escola que, determinada pela elite, passa de simples instrução para educação moral e cívica e posteriormente, como garantia do *status quo*. Segundo Cavaliere (2010), neste período de transformações produtivas, a escola desempenhava um papel fundamental de elevar o nível cultural da população em seus aspectos físicos, intelectuais, cívicos e espirituais e surgem as primeiras ideias de uma educação integral¹ voltada para o homem integral, com um viés de educação moralizadora, pregando valores de sacrifício,

¹ Neste período, quando se fala em *educação integral*, não é possível remeter-se ao que temos hoje como concepção de educação integral, pensava-se em uma formação integral com um viés político-partidário. O próprio Anísio Teixeira não fazia uso desta expressão e sim, jornada escolar ampliada, da mesma forma que mais tarde ele cria os Centros de Educação, fazendo referência a uma organização curricular de tempo e espaço diferenciada que possibilita a formação em diversas dimensões, como veremos posteriormente.

obediência e disciplina, elementos importantes a serem desenvolvidos na classe trabalhadora, especialmente através da escola.

Diferentemente desta concepção integralista de educação integral, a Reforma Anísio Teixeira (1931-1934) começa a esboçar uma perspectiva de formação integral para as crianças da classe trabalhadora, conforme veremos na sequência.

Reforma Anísio Teixeira e a retomada de mais tempo escolar

Abordaremos a proposta de educação integral e em tempo integral idealizada por Anísio Teixeira, como alternativa para o resgate de mais tempo de escolarização para as crianças da classe trabalhadora, tanto como Secretário da Educação do Estado do Rio de Janeiro, onde efetivou os primeiros elementos de sua proposta, como mais tempo da escola, uma organização curricular abrangente, e uma metodologia diferenciada, com vistas à formação integral das crianças, quanto como Secretário da Educação do Estado da Bahia, onde de fato implantou a primeira escola de tempo integral no país.

Anísio Teixeira argumentava que a educação brasileira no início do século era elitista e excluía a maioria da população. Um dos fatores que levam as crianças ao abandono escolar é a burocratização da escola, com métodos tradicionais e exames de proficiência constantes, que excluía aos que não aspirassem às profissões liberais. Por isso, em 1931, quando convidado a assumir o cargo de Secretário da Educação da Capital Federal(RJ), Anísio Teixeira, influenciado pelas ideias escolanovistas, realizou ampla reforma na rede de ensino, integrando-o desde a escola primária à universidade, pois preocupava-se muito com o arcadismo educacional brasileiro defendendo que

Só muito lentamente a escola comum se emancipou dos modelos intelectualistas para dar lugar à escola moderna, prática e eficiente, com um programa de atividades e não “matérias”, iniciadora nas artes do trabalho e do pensamento reflexivo, ensinando a aluno a viver inteligentemente e a participar responsavelmente da sua sociedade. (TEIXEIRA, 1994, p. 41)

A proposta pedagógica de Anísio tem suas origens na busca de reencontrar a vocação da escola numa sociedade urbana, de massas, industrializada e democrática.

Para Cavaliere (2002, p. 251), tal “reformulação da escola esteve associada à valorização da *atividade* ou *experiência* em sua prática cotidiana. O entendimento da educação como vida e não como preparação para a vida” (grifos da autora), fazia parte das aspirações de toda a nação, envolvendo interesses políticos e populares. Para Anísio, a função precípua da escola era a de formar um novo tipo de homem, bem preparado para agir em um mundo em transformação intelectual, industrial e social, por isso a importância da experiência e da organização da escola como uma micro-sociedade, conceitos que busca em Dewey para fundamentar sua proposta.

Em Dewey (Teixeira, 1955), o que promove a evolução e o desenvolvimento da sociedade humana é a experiência, as leis da experiência, que são obtidas pela ação e pela reflexão constituindo-se nas próprias leis do conhecimento e do saber. O valor da experiência está nas possibilidades que abre para o pensamento e para Dewey, pensamento é o discernimento da relação entre aquilo que tentamos fazer e o que sucede em consequência, de modo que a “educação constitui este processo de contínua reconstrução e reorganização da experiência, por meio da reflexão. São as experiências reflexivas que a escola deve propiciar” (CAVALIERE, 2002, p. 258).

Tendo em vista mais educação, para melhor vida e maior democracia para a população brasileira, Anísio Teixeira, à luz do ideal democrático e pragmático de Dewey define sua proposta de superação do ensino tradicional, defendendo que através da experiência do aluno e uma organização curricular diferenciada, é possível garantir às crianças o acesso a uma formação mais completa e dinâmica, com uma escola de ensino fundamental voltada para atividades intelectuais, manuais e esportivas. Dessa forma, escola primária deverá,

Organizar-se para dar ao aluno, nos quatro anos do seu curso atual e nos seis a que se deve estender uma educação ambiciosamente integrada e integradora. Para tanto precisa, primeiro, de tempo: tempo para se fazer uma escola de formação de hábitos (e não de adestramento para passar em exames), e de hábitos de vida, de comportamento, de trabalho e de julgamento moral e intelectual. (TEXEIRA, 1957).

Para compor uma educação integrada e integradora, propõe um currículo enriquecido da seguinte forma:

A escola se organizará como um local de atividades adequadas às idades, dentro de três setores, que se conjugarão entre si, mutuamente complementares e integrados: o do *jogo*, recreação e educação social e física; o do *trabalho*, em formas adequadas à idade, e o do *estudo*, em atividades de classe propriamente ditas. (TEIXEIRA, 1957 – grifos do autor).

Tal proposta exige também diferentes disposições das edificações escolares com prédios para as atividades de classe, para as atividades de recreação e jogos, ginásios e campos de esporte, de tal forma que a experiência foi implantada paralelamente as demais instituições de ensino em apenas cinco escolas de educação primária do Rio de Janeiro.

Apesar da sólida proposta de ensino demonstrada na elaboração da proposta da Reforma do Ensino para a Capital Federal, com a saída de Anísio da Direção da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, este modelo de educação que demandava abundantes recursos foi suprimido e sucateado na lógica de desvalorização da educação primária².

Mesmo fadada ao fracasso na Capital Federal, a reforma Anísio Teixeira (1931-1935) lançou as bases teórico-metodológicas para a implantação da primeira escola de educação em tempo integral no Brasil, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador, bem como o Plano de Ensino de Brasília, que trataremos a seguir.

Do Centro Educacional Carneiro Ribeiro ao Plano de Ensino de Brasília: o tempo integral como modelo para o sistema de ensino brasileiro através das Escolas-Parque

A proposta da criação do Centro de Educação vinha combater a tendência reinante nas reformas educacionais brasileiras, iniciadas pela Reforma Sampaio Dória, em São Paulo, de redução da carga horária e anos de estudos para atender amplamente à

² No período de 1956, cada criança no ensino primário custava para o governo 1.200 cruzeiros por ano, enquanto no Ensino Médio, numa média por aluno de 5.300 cruzeiros e no nível superior o custo médio anual por aluno era de 52.000 cruzeiros.

população com uma escola primária simplificada ao máximo, até a pura e simples alfabetização, pois apesar de as sementes já estarem lançadas, defendia que

É contra essa tendência à simplificação destrutiva que se levanta este *Centro Popular de Educação*. Desejamos dar, de novo, à escola primária, o seu dia letivo completo. Desejamos dar-lhe os seus cinco anos de curso. E desejamos dar-lhe seu programa completo de leitura, aritmética e escrita, e mais ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física. Além disso, desejamos que a escola eduque, forme hábitos, forme atitudes, cultive aspirações, prepare, realmente, a criança para a sua civilização – esta civilização tão difícil por ser uma civilização técnica e industrial e ainda mais difícil e complexa por estar em mutação permanente. E, além disso, desejamos que a escola dê saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vive. (TEIXEIRA, 1959– Grifo meu).

Teixeira defendia que uma proposta de educação integral não poderia ser efetivada solidamente em apenas uma escola, era necessária a criação de Centros de Educação, com estrutura física e profissionais que garantissem a disseminação de amplos princípios educativos, hábitos sociais e cuidados com a infância, representados pelo extenso currículo e evidenciados pela necessidade de formação de uma civilidade própria da vida numa sociedade urbana. Sob essa lógica, iniciou-se o desafio de construir o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, mais tarde denominadas de Escolas-Parque, devido à paisagem característica em seu entorno, com uma proposta de ensino para todos, independentemente da classe social³, havia que se construir uma escola que oferecesse “à criança oportunidades completas de vida, compreendendo atividades de estudo, de trabalho, de vida social, recreação e jogos” (TEIXEIRA, 1962), defendendo que o ensino deveria ser em tempo integral, pois

As crianças brasileiras, que logram frequentar escolas, estão abandonadas em metade do dia. E este abandono é o bastante para desfazer o que, por acaso, tenha feito a escola na sua sessão matinal ou vespertina. Para remediar isso, sempre me pareceu que devíamos voltar à escola de tempo integral. (TEIXEIRA, 1959).

³ Esse Centro foi construído no Bairro da Liberdade região que, à época, concentrava uma população em situação de extrema pobreza e que “diante da ausência de uma política de habitação, promoveu invasões de terrenos, como na região de Corta-Braço, ou Pero Vaz”, na Estrada da Liberdade e arredores (NUNES, 2009, p. 128).

Para tal intento, Anísio idealizou um Centro Educacional, no qual a educação primária era dividida em dois setores: o setor da instrução, antiga escola de letras ou escola-classe e o setor da educação, escola ativa ou escola-parque.

Segundo Teixeira (1959) a escola-classe é um conjunto de 12 salas de aula, uma escola parcial e para funcionar em turnos, mas que se integrará a escola-parque, ou seja, a criança ficará um turno na escola-classe e um segundo turno na escola-parque, organizados de tal forma que, “no setor instrução, manter-se-ia o trabalho convencional da classe, o ensino de leitura, escrita e aritmética e mais ciências físicas e sociais, e no setor educação – as atividades socializantes, a educação artística, o trabalho manual e as artes industriais e a educação física” (TEIXEIRA, 1959).

Havia também a biblioteca infantil, os dormitórios para 5% das crianças que abandonadas, sem pai ou mãe, teriam regime de internato, com atendimento de saúde, alimentação, vestimenta e todo que se fizesse necessário, a ideia era de que o Centro de Educação deveria lembrar uma universidade infantil, tornando-se capaz de oferecer à criança um exemplar da vida em sociedade, dando-lhes experiências de estudo e ação responsáveis, “trata-se de escola destinada não somente a reproduzir a comunidade humana, mas de erguê-la a nível superior ao existente no país” (TEIXEIRA, 1962).

Percebemos que a proposta de formação da criança defendida por Teixeira visava a efetiva formação integral, no sentido físico, moral e intelectual, mas para viabilizar essa formação, propunha o tempo integral de escola, que se tornou referência para a organização do sistema escolar de Brasília, traçado através do Plano de Construções Escolares de Brasília com “o propósito de abrir oportunidades para a Capital do país oferecer à nação um conjunto de escolas que constituísse exemplo e demonstração para o sistema educacional brasileiro”(TEIXEIRA, 1962).

Para Teixeira, a construção de Centros de Educação em Brasília, significava a implantação de um sistema de educação modelo para as demais regiões do país, difusor de novas técnicas, uma vez que já estavam asseguradas as verbas e a disponibilidade de espaços físicos para complexas edificações, a fim de atender a necessidades específicas

de ensino e de educação e, além disso, à necessidade de vida e convívio social indispensáveis para a formação do homem na sociedade moderna.

Contudo, da mesma forma que a Escola Parque, em Salvador, não atingiu sua meta de construção de dez Centros de Educação para atender as quarenta mil crianças em idade escolar primária, a proposta educacional de Anísio para a Capital brasileira também não se efetivou como resultado dos altos custos que desencadeava. Segundo autores (PEREIRA e, ROCHA, 2006 e TEIXEIRA, 1962), dos vinte e oito centros propostos inicialmente, apenas cinco foram construídos e adaptados para o atendimento da demanda educacional da cidade, pois “com a expansão de matrículas registrada nos anos subsequentes, passando a Escola Parque a atender uma demanda de alunos de maior número de escolas classe, em dias alternados”, houve a desfiguração da proposta original (PEREIRA e ROCHA, 2006, p. 5011).

No entanto, grande parte da população não tomou ciência da proposta inicial e não sentiu-se prejudicada com a não efetivação do *direito* à educação em tempo integral, depois da redução e adaptação do projeto inicial, podemos observar que, de todas as formas, os centros de educação contribuíram para o bom desenvolvimento das crianças, além de constituir-se numa *opção* prazerosa, como podemos observar no depoimento de Mari Ferreira, aluna de uma das Escolas-Parque adaptadas:

Comecei a frequentar a Escola Parque em 1989 quando eu tinha 11 anos(...) e estudava na Escola Classe 103 Sul lembro que as terças e quintas de manhã eram os melhores dias pois eram os dias da escola parque.Tenho até hoje uma reportagem do Correio Braziliense falando sobre os jogos da primavera...guardo tbm minhas medalhas e diplomas...fiz dança, xilografia, teatro, atletismo, natação lembro tbm da professora Sandra de atletismo.Bons tempos!!!!Hoje frequento as peças de teatro!!!!Saudades e boas recordações!!!!⁴

Percebemos então, que a experiência com educação de tempo integral no Brasil, mesmo que precarizada como uma opção e não como um direito, pôde se constituir no esforço inicial para a tentativa da “solução do problema de educação primária comum do

⁴ Depoimento retirado do Blog Viver em Brasília. Disponível no link <http://viverembrasil.com.br/escola-parque-308-sul/>. Data: 28/11/2013.

Brasil, ou seja, a necessária mudança estrutural da escola primária, para atender aos objetivos da sociedade nova” (TEIXEIRA, 1962), que mesmo fracassada em sua materialidade, manteve-se viva em sua essência, de tal forma que hoje, cerca de cinquenta anos depois, são resgatadas algumas de suas ideias para efetivar uma política de educação em tempo integral para as crianças de escolas públicas de ensino fundamental por todo o país.

Algumas considerações...

As reformas educacionais, mesmo tendo contribuído para a universalização do ensino no país, o tornaram extremamente precarizado. Ao garantir a escola mínima, tais reformas não priorizavam a formação integral das crianças da classe trabalhadora, pelo contrário, pretendiam apenas garantir o mínimo necessário para atuarem na sociedade e no processo produtivo, meios termos de instrução e moralização, sem efetivamente concretizar um ou outro.

Esse fato se prolongou por anos, até que em 1950, Anísio Teixeira ousou a primeira tentativa de prolongar o dia escolar das crianças carentes em Salvador e posteriormente, estendeu seu intento na nova capital brasileira com a perspectiva de uma educação democrática, na qual todos estariam inseridos.

A partir das discussões estabelecidas na abordagem histórica das Escolas-Parque, podemos definir alguns elementos relevantes para pensar sobre a proposta de educação integral em tempo integral defendida por Anísio Teixeira. Em primeiro lugar, o aspecto positivo da implantação dos Centros Educacionais, no que se refere à luta contra a minimização da escola e um resgate da escola de “dia todo” como importante ferramenta para a formação dos novos sujeitos que a sociedade demandava e que se fez referência para proposições posteriores de educação em tempo integral.

Nessa perspectiva, alguns fatores foram determinantes para proposição de um processo de ensino e aprendizagem inovador e característico da ampliação do tempo escolar. Entre eles, está a separação das atividades realizadas em turno e contraturno definindo claramente que os conhecimentos que as crianças deveriam aprender nos

Centros, estariam voltados para a vida em sociedade, numa perspectiva de formação para ação, através do princípio de que em um tempo escolar ampliado, dever-se-ia oferecer experiências educativas variadas, as quais as crianças, especialmente as carentes, não tem acesso em seu cotidiano, caracterizadas pelas atividades de educação na escola-parque, e ainda pelo conhecimento escolar propriamente dito, com as matérias de instrução ministradas nas escolas-classe.

Historicamente o investimento em educação das classes populares no Brasil não foi prioridade, uma vez que exige muitos recursos e os resultados são percebidos apenas em longo prazo, conseqüentemente, as Escolas-Parque de Anísio Teixeira mantiveram-se como experiências isoladas, pois esbarraram na demanda financeira para mantê-las: o custo do dia todo na escola, as despesas para pagamento de professores e a estrutura física necessitariam de muito mais investimento. Dessa forma, percebe-se que base liberal da proposta de ensino em tempo integral, pensada pela elite sob a lógica de suprir apenas o mercado de trabalho, garantindo aos filhos dos trabalhadores uma educação para garantir o mínimo de instrução com recursos escassos, foi a principal responsável por sua derrocada.

Apesar disso, tais experiências tiveram impacto em outros momentos da história do país, fixando-se como referência de uma proposta de educação em tempo integral que visa à “formação completa, calcada em atividades intelectuais, artísticas, profissionais, físicas e de saúde, além daquelas de cunho ético-filosófico (formação de hábitos e atitudes, cultivo de aspirações)” (GUARÁ, 2009, p. 89). Ou seja, da necessidade percebida por Teixeira de superar as reformas educacionais de seu tempo, ficou a contribuição para a discussão da retomada do dia todo de estudos como alternativa para a efetiva formação integral de todas as crianças, independente da classe social, mas, sobretudo da criança pobre, que ao longo da história da educação brasileira foi excluída do direito de uma educação que lhe possibilitasse acesso uma formação completa.

Referências

- ARAÚJO, Cristina. **A Reforma Antônio Carneiro Leão no final dos anos de 1920**. Revista Brasileira de História da Educação, nº 19, p. 119-136, jan./abr. 2009. Disponível em: www.disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=60776. Data: 04/12/2013.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Reformas da instrução pública**. In.: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, CynthiaGreive. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CAVALIERE, Ana Maria. **Anísio Teixeira e a educação integral**. Revista Paidéia, maio-ago 2010, Vol. 20, No. 46, 249-259. Disponível em www.scielo.br/paideia. Data: 10/06/2013.
- CAVALIERE, Ana Maria. **Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira?** Revista Educação e Sociedade, v.23, n.81. Campinas: dez. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002008100013>. Data: 21/11/2013.
- GUARÁ, Isa Maria F. R. **Educação e desenvolvimento Integral: articulando saberes na escola e além da escola**. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 65-81, abr. 2009.
- MONLEVADE, João Antônio Cabral de. **Como financiar a educação em jornada integral?** Em Aberto, Brasília, v. 25, n. 88, p. 69-82, jul./dez. 2012
- NAGEL, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. EPU. São Paulo; Fundação Nacional de Material Escolar. Rio de Janeiro: 1974 (1976 – reimpressão).
- NUNES, Clarice. **Centro Educacional Carneiro Ribeiro: concepção e realização de uma experiência de educação integral no Brasil**. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 65-81, abr. 2009.
- PAULILO, André Luiz Paulilo. **Aspectos políticos das reformas da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro durante os anos 1920**. Revista Brasileira de História, vol.23 no. 46. São Paulo: 2003 (Versão on-line ISSN 1806-9347). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000200005. Data: 21/11/2013.
- PEREIRA, Eva Waisros; ROCHA, Lucia Maria da Franca. **Escola Parque de Brasília: uma experiência de educação integral**. Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006. Disponível em: http://www2.faced.ufu.br/colubheo6/anais/arquivos/457EvaWaisros_LuciaRocha.pdf. Data: 31/10/2013.
- REZENDE, Maria José de. **Educação e mudança social em Fernando de Azevedo**. Acta Scientiarum: human and social sciences Maringá, v. 25, n. 1, p. 073-085, 2003. Disponível

em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/download/2199/1378>. Data: 12/04/2014.

TEIXEIRA, Anísio. **Bases da teoria lógica de Dewey**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.23, n.57, jan./mar. 1955, p. 3-27. Disponível no site: <http://www.bvanisoteixeira.ufba.br/>. Data: 04/01/2014.

TEIXEIRA, Anísio. **A escola brasileira e a estabilidade social**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.28, n.67, jul./set. 1957, p.3-29. Disponível no site: <http://www.bvanisoteixeira.ufba.br/>. Data: 19/12/2013.

TEIXEIRA, Anísio. **Centro Educacional Carneiro Ribeiro**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.31, n.73, jan./mar. 1959, p. 78-84. Disponível no site: <http://www.bvanisoteixeira.ufba.br/>. Data: 31/10/2013.

TEIXEIRA, Anísio. **Plano de construções escolares de Brasília**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.35, n.81, jan./mar. 1961. p.195-199. Disponível no site: <http://www.bvanisoteixeira.ufba.br/>. Data: 25/01/2014.

TEIXEIRA, Anísio. **Uma experiência de educação primária integral no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.38, n.87, jul./set. 1962. p.21-33. Disponível no site: <http://www.bvanisoteixeira.ufba.br/>. Data: 25/01/2014.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 6ª edição / Comentada por Mariza Cassim. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

VIDAL, Diana Gonçalves. O fracasso das reformas educacionais: um diagnóstico sob suspeita (Rio de Janeiro, 1927-1930). Ed. Foco, n. Especial, Juiz de Fora: MG, mar/ago 2007, p.11-24. Disponível no site: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/05/01.pdf>. Data: 12/04/2014.